

Comunicação das Novas Dimensões da
Qualidade dos Produtos





*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro Nacional de Pesquisa em Agrobiologia
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

*ISSN 1517-8498
Novembro/2007*

Documentos 239

**Certificação na Produção Agrícola -
Comunicação das Novas Dimensões da
Qualidade dos Produtos**

Maria Cristina Prata Neves

*Seropédica – RJ
2007*

Exemplares desta publicação podem ser adquiridas na:

Embrapa Agrobiologia

BR 465 – km 7

Caixa Postal 74505

23851-970 – Seropédica/RJ, Brasil

Telefone: (0xx21) 2682-1500

Fax: (0xx21) 2682-1230

Home page: www.cnpab.embrapa.br

e-mail: sac@cnpab.embrapa.br

Comitê Local de Publicações: Eduardo F. C. Campello (Presidente)
José Guilherme Marinho Guerra
Maria Cristina Prata Neves
Veronica Massena Reis
Robert Michael Boddey
Maria Elizabeth Fernandes Correia
Dorimar dos Santos Felix (Bibliotecária)

Expediente:

Revisores e/ou ad hoc: Marta dos Santos Azevedo Ricci e Eliane
Maria Ribeiro da Silva

Normalização Bibliográfica: Dorimar dos Santos Félix

Editoração eletrônica: Marta Maria Gonçalves Bahia

1ª impressão (2007): 50 exemplares

N518c Neves, Maria Cristina Prata

Certificação na produção agrícola – Comunicação das novas dimensões da qualidade dos produtos. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2007. 15 p. (Documentos / Embrapa Agrobiologia, ISSN 1517-8498 ; 239).

1. Segurança alimentar. 2. Certificação do produto. 3. Agricultura orgânica.
I. Embrapa. Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia (Seropédica, RJ).
II. Título. III. Série.

CDD 363.192

Autora

Maria Cristina Prata Neves

Bióloga, Ph.D. em Fisiologia da Produção pela Reading University, Inglaterra, Pesquisadora da Embrapa Agrobiologia, BR 465, km 7, Caixa Postal 74505, CEP 23851-970 Seropédica, RJ

E-mail: mcpneves@cnpab.embrapa.br

Apresentação

A preocupação crescente da sociedade com a preservação e a conservação ambiental tem resultado na busca pelo setor produtivo de tecnologias para a implantação de sistemas de produção agrícola com enfoques ecológicos, rentáveis e socialmente justos. O enfoque agroecológico do empreendimento agrícola se orienta para o uso responsável dos recursos naturais (solo, água, fauna, flora, energia e minerais).

Dentro desse cenário, a Embrapa Agrobiologia orienta sua programação de P&D para o avanço de conhecimento e desenvolvimento de soluções tecnológicas para uma agricultura sustentável.

A agricultura sustentável, produtiva e ambientalmente equilibrada apoia-se em práticas conservacionistas de preparo do solo, rotações de culturas e consórcios, no uso da adubação verde e de controle biológico de pragas, bem como no emprego eficiente dos recursos naturais. Infere-se daí que os processos biológicos que ocorrem no sistema solo/planta, efetivados por microrganismos e pequenos invertebrados, constituem a base sobre a qual a agricultura agroecológica se sustenta.

Essas características do sistema de produção são valorizadas, principalmente por consumidores estrangeiros. A preocupação por parte dos compradores com a origem dos produtos, com os insumos usados na produção, bem como, com o respeito e observação das leis de proteção ambiental e trabalhistas tem levado a um aumento da procura por certificações. Isso porque as qualidades ambientais, sociais dos produtos agrícolas não podem ser avaliadas no produto final mas devem ser verificadas durante o processo de produção.

Durante as últimas décadas, muitas certificações têm sido propostas e ganharam expressão no mercado. As unidades de produção certificadas têm melhor acesso aos mercados, estabilidade de contrato, valor agregado à imagem, além de mercados diferenciados. Cabe ao produtor escolher dentre as várias possibilidades aquela que mais se adequa ao seu perfil de produção.

O documento 239/2007 apresenta diversas alternativas de certificação dos produtos agrícolas, resumindo seus requisitos e comparando seus alcances.

José Ivo Baldani

Chefe Geral da Embrapa Agrobiologia

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Certificações voluntárias	8
2.1. Agricultura Orgânica.....	8
<i>Requisitos</i>	9
2.2. Mercado Justo	9
<i>Requisitos</i>	10
2.3. EUREP-GAP e Produção Integrada.....	10
<i>Requisitos</i>	11
2.4. ISO 14001:1995 e ISO 22000:2005	11
<i>Requisitos</i>	12
2.5. SA8000.....	13
<i>Requisitos</i>	13
3. Conclusões	13
4. Referências Bibliográficas e Sites Consultados	14

Certificação na Produção Agrícola - Comunicação das Novas Dimensões da Qualidade dos Produtos

Maria Cristina Prata Neves

1. Introdução

Num mercado em crescente globalização, um grande segmento de consumidores está ficando cada vez mais exigente com relação à qualidade dos alimentos que consomem e entende qualidade como algo muito maior do que apenas as características tangíveis nos produtos, tais como cor, tamanho, ausência de defeitos, e passa a incluir como parâmetros de qualidade, características intangíveis, posto que nem sempre verificáveis no produto final, tais como, aspectos relacionados com questões ambientais (onde foi cultivado, que cuidados foram tomados para evitar a degradação do solo, que tipo de manejo foi aplicado aos resíduos, bem como os cuidados tomados durante o uso de agrotóxicos com relação à contaminação do ambiente, dos produtos e dos manipuladores, entre outras questões) e de responsabilidade social (direitos dos trabalhadores, saúde e segurança no trabalho e desenvolvimento rural), além de cuidados com a segurança dos alimentos (saúde e higiene dos trabalhadores, qualidade da água, cuidados com os procedimentos de colheita e pós-colheita, entre outros aspectos). Para tanto, têm sido desenvolvidas e adotadas normas de produção agrícola que estabelecem padrões, diretrizes e procedimentos para esses novos aspectos da qualidade.

Existem vários mecanismos para verificação da conformidade de um processo com regulamentos e requisitos pré-estabelecidos, porém um dos mais usuais é a certificação por terceira parte, ou seja, por meio de uma agência certificadora. As marcas de certificação, usualmente, selos estampados no rótulo dos produtos, são usadas para comunicar aos consumidores, normalmente distantes, em um grande centro urbano ou em outro país, as características de qualidade verificadas no processo de produção.

2. Certificações voluntárias

Não há obrigatoriedade nesse tipo de certificação, entretanto, elas permitem a diferenciação do produto com agregação de valor ou ingresso em certos mercados.

A certificação orgânica é talvez o mais proeminente exemplo de mecanismo de garantia da conformidade aplicado ao setor de produção agrícola (WESTMAYER & GEIR, 2003). O selo Deméter para os produtos orgânicos biodinâmicos foi criado em 1924 e provavelmente é o mais antigo selo usado para produtos agrícolas.

Hoje há inúmeros tipos de certificação que atendem aos aspectos ligados às questões sociais, ambientais e de segurança. Algumas têm sido utilizadas apenas por grandes empreendimentos, outras servem tanto a estes como aos sistemas de produção de base familiar. O custo e o tempo necessários para cumprir com estes programas de certificação dependem das alterações que deverão ser feitas pelo produtor no seu sistema de produção.

2.1. Agricultura Orgânica

Desde dezembro de 2003, o Brasil tem uma lei que define a Agricultura Orgânica (Lei 10.861, https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm) como *um sistema de produção agropecuário que adota técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente*".

Internacionalmente, as normas e os padrões para a certificação orgânica são desenvolvidos pela International Federation of the Organic Movement (IFOAM, 2002) e pelo Codex Alimentarius (FAO/OMS, 2001). A IFOAM é reconhecida pela International

Organization for Standardization (ISO) e seus padrões são usados pelas agências certificadoras para estabelecimento de seus padrões de certificação. As normas do *Codex Alimentarius* se aplicam ao mercado internacional e são usadas no estabelecimento de regulamentações governamentais.

Requisitos

As Instruções Normativas para a agricultura orgânica no Brasil ainda não estão publicadas e serão objeto de consulta pública. Os textos provisórios da Instrução Normativa (2005) estão disponíveis para consulta, por exemplo, em <http://www.portalagricultura.com.br/Paginas/Consulta>. De modo geral, é exigido o cumprimento da legislação ambiental vigente; a atenuação da pressão antrópica sobre os ecossistemas em que se insere e sua preservação; a proteção, conservação e o uso racional do solo e da água; a reciclagem de resíduos como base para o programa de adubação; a manutenção da atividade biológica do solo; ampla preocupação com a sustentabilidade ambiental, a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores, entre outros aspectos. Para a produção orgânica animal acresce-se ainda requisitos de bem-estar, ou seja, condições de manejo em que os animais vivam livres de dor, sofrimento, em um ambiente em que possam expressar proximidade com o comportamento natural, compreendendo movimentação, territorialidade, descanso e ritual reprodutivo.

É exigido um período de conversão com duração mínima de 12 (doze) meses para as culturas anuais, de 18 (dezoito) meses para as culturas perenes, e de 12 (doze) meses de manejo orgânico ou pousio na produção vegetal de pastagens perenes.

2.2. Mercado Justo

O programa Mercado Justo (ou Fair Trade) tem por objetivos melhorar o acesso aos mercados e as condições comerciais para os produtores familiares e trabalhadores rurais. As normas foram estabelecidas pela Fairtrade Labelling Organizations International (<http://www.fairtrade.net/sites/standards/set.html>), beneficiando produtores e trabalhadores em 50 países.

Requisitos

Como os problemas experimentados pelos produtores pobres e pelos trabalhadores rurais diferem dependendo do produto, da região ou do país, as normas são direcionadas para duas situações: (i) produtor familiar, que cultiva terras próprias e comercializa seus produtos numa cooperativa ou associação ou então, (ii) trabalhador rural, sem terra própria que trabalha como empregado em fazendas, usinas, agroindústrias, etc.

No caso dos produtores familiares, as normas de certificação do Mercado Justo procuram garantir preço mínimo para os produtos exportados, além de um prêmio que as organizações de produtores devem usar para melhorar as condições da comunidade onde vivem. Exigem que estejam organizados em cooperativas ou associações de estrutura participativa e democrática. Já para os trabalhadores rurais sem terra própria as normas enfatizam melhoria de salário, das condições de trabalho (inclusive segurança) e moradia, garantia de acesso à educação e ao serviço de saúde dos trabalhadores rurais, bem como liberdade para se associarem a sindicatos.

Em qualquer caso, as normas exigem o cumprimento das leis ambientais e sociais do país, além da demonstração da melhoria contínua nos indicadores de qualidade de vida dos participantes. O mercado é ainda muito restrito e para ingressar no sistema é preciso que haja demanda para o produto.

2.3. EUREP-GAP e Produção Integrada

As normas conhecidas como EurepGAP (http://www.eurep.org/Languages/English/index_html) foram estabelecidas em 1997 como uma iniciativa das empresas varejistas de alimento pertencentes ao Euro-Retailer Produce Working Group que representa 24 grandes cadeias de supermercados da União Européia. Têm grande preocupação com a rastreabilidade e a segurança dos alimentos.

O objetivo do programa é estabelecer requisitos de qualidade, proteção do meio ambiente, segurança dos alimentos, aspectos sociais e viabilidade econômica na cadeia de alimentos, sob a forma de Boas Práticas Agrícolas que devem ser adotadas pelos produtores.

Existem Boas Práticas aplicadas à produção de frutas, legumes e verduras, flores e plantas ornamentais, produção animal, aquacultura e café.

Requisitos

As normas exigem total controle de lote para que os produtos possam ser rastreados até a origem. Além disso, são exigidos requisitos de higiene e limpeza e registros de todas as operações, tais como o tipo de manejo aplicado, a rotação das culturas, todos os tratamentos empregados durante o cultivo e na pós-colheita (adubos, corretivos, agrotóxicos, fitohormônios, entre outros), documentando para cada produto não só o ingrediente ativo, mas também a dose, a época, a justificativa para o uso e o responsável pela aplicação, entre outros aspectos. Há exigências relativas à segurança dos trabalhadores e de observação das legislações trabalhistas e ambientais.

No Brasil, a certificação de Produção Integrada tem requisitos que em muito se assemelham aos da Eurep-GAP, estando em negociação uma harmonização das duas normas e o reconhecimento da certificação brasileira para fins de mercado exportador.

2.4. ISO 14001:1995 e ISO 22000:2005

Foram desenvolvidas pela ISO, uma organização não governamental que representa uma federação de agências nacionais de normas técnicas que trabalham em conjunto com os governos, os diversos setores da economia e representantes dos consumidores.

As normas ISO 14001:1996 têm por objetivo apoiar a aplicação de um plano de manejo ambiental a qualquer empresa, seja pública ou privada. É, portanto, uma ferramenta para proteção do meio ambiente (ABNT, 2005).

Recentemente publicada, a ISO 22000 é voltada para a gestão da segurança dos alimentos para os perigos que podem colocar em risco a saúde das pessoas. Mesmo em países industrializados a incidência de doenças veiculadas por alimentos (DVA) pode atingir 1/3 da população (OMS, 2002). Nos Estados Unidos, por exemplo, são registrados 76 milhões de casos de DVA, resultando em 325.000 hospitalizações e 5.000 mortes a cada ano. No mundo todo são cerca

de 2.1 milhões de casos fatais. São aplicáveis a qualquer etapa da cadeia dos alimentos, desde a produção primária até a indústria e serviços de alimentação, fornecedores de embalagens, atacadistas e transportadoras. Foram desenvolvida em estreita cooperação com a Comissão do *Codex Alimentarius* e buscou consenso internacional.

Ambas são totalmente compatíveis com as normas ISO 9001:2000 e usam a base de organizações certificadoras que já operam as normas ISO.

Requisitos

As normas ISO 14000 exigem total respeito à legislação ambiental e um plano de gestão ambiental que deve incluir objetivos e metas, estratégias e responsabilidades definidas. Há grande ênfase na capacitação dos trabalhadores, na documentação das atividades e no controle das metas alcançadas. Certificam a empresa ou então a unidade de produção, não sendo aplicáveis aos produtos. No Brasil, de acordo com o Guia Exame 2005, cerca de 70,6% das empresas de grande porte já contam com essa certificação

As normas ISO 22000 apresentam 3 requisitos básicos: a implementação de Boas Práticas de acordo com o Código de Práticas da Comissão do *Codex Alimentarius* (FAO/OMS, 1999), do Sistema APPCC (FAO, 1998) e um sistema de gestão com base na ISO 9001.

O sistema APPCC inclui o levantamento dos perigos significativos para o produto/processo a que se aplica, bem como das medidas preventivas que podem ser aplicadas para evitá-los. Estabelece os pontos de controle e os limites de segurança, bem como as ações corretivas que devem ser aplicadas quando os limites forem ultrapassados e procedimentos de monitoramento, de verificação e de registros. Há grande ênfase na capacitação dos trabalhadores, nos requisitos de higiene e comportamento pessoal, na documentação das atividades e na rastreabilidade. Exige total respeito à legislação ambiental e trabalhista, principalmente com relação à saúde e segurança dos trabalhadores.

2.5. SA8000

A SA8000 (<http://www.sa-intl.org>) é uma norma que trata da conduta ética nas relações de trabalho e do respeito aos direitos humanos. Tem por objetivo promover melhorias nas condições de trabalho que incluem aspectos de segurança, justiça social e direitos dos trabalhadores. Foi criada em 1997 e tem sido desenvolvida pela Social Accountability Internacional (SAI), uma organização não governamental sediada nos Estados Unidos e associada ao Conselho de Prioridades Econômicas (Council on Economic Priorities), pioneiro na área de responsabilidade social das empresas, que reúne empresários, organizações não governamentais e organizações sindicais, com o objetivo de buscar condições dignas nas relações de trabalho.

Requisitos

Baseia-se nos requisitos de acordos internacionais sobre direitos humanos e sobre condições de trabalho da Organização Internacional para o Trabalho (OIT). Estabelece condições mínimas para que o ambiente de trabalho possa ser considerado seguro e saudável, exigem liberdade para que os trabalhadores possam se filiar a sindicatos de classe, proibindo discriminações e trabalho infantil. Contém regras para a duração da jornada de trabalho e salários, entre outras.

Não há marca de certificação SA8000 na rotulagem dos produtos, nem sobre-preço, nem mercado específico. Já beneficia empresas agroindustriais, voltadas para o setor de exportação. São usadas como estratégia para acesso a mercados mais exigentes. A tendência é de que empresas certificadas pela SA8000 passem a exigir de seus fornecedores o cumprimento dos mesmos padrões. Estão se tornando cada vez mais reconhecidas como um sistema efetivo de implementação, manutenção e verificação de condições dignas de trabalho.

3. Conclusões

As normas ISO e SA8000 são específicas, assim, a ISO 14000 trata apenas das questões ambientais e no setor agrícola, são aplicáveis principalmente às agroindústrias, enquanto a ISO 22000, trata das questões de segurança dos alimentos e a SA8000 têm foco nos

aspectos relacionados com as relações de trabalho e direitos humanos e são aplicáveis a empreendimentos de grande porte. A certificação para Mercado Justo são as que melhor atendem às questões sociais e de desenvolvimento das comunidades rurais. Também abordam às questões ambientais, mas são restritas a 10 produtos agrícolas, atualmente contemplados. Já as normas da Agricultura Orgânica, assim como a EUREP-GAP e a Produção Integrada são abrangentes, dão ênfase às questões ambientais, sociais e de segurança dos alimentos e são aplicáveis a qualquer escala de produção. As questões éticas, principalmente as relacionadas com a produção animal, são fortemente abordadas pela Agricultura Orgânica. As normas EUREP-GAP relativas à produção animal também abordam as questões éticas, embora com menores exigências. As normas EUREP-GAP e PIF enfatizam fortemente as questões relacionadas com a rastreabilidade na cadeia dos alimentos até o ponto de origem. A Agricultura Orgânica se preocupa mais com a segregação dos produtos orgânicos ao longo da cadeia.

4. Referências Bibliográficas e Sites Consultados

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (NBR ISO 22000). **Sistemas de gestão da qualidade:** requerimentos para qualquer organização na cadeia alimentar. 2005.

FAO/OMS. **Codex Alimentarius.** Alimentos produzidos organicamente. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. Roma: Organización Mundial de la Salud, 2001. 77 p.

FAO/OMS. **Food Hygiene.** Basic principles. 2. ed. Codex Alimentarius Commission, Joint FAO/WHO Food Standards Programme, FAO: Roma. CAC/RCP 1-1969, Rev. 3 (1997), Modificado em 1999. 72 p.

FAO. Food Quality and Safety Systems - **A Training manual on food hygiene and the hazard analysis and critical control point (HACCP) system.** Food and Agriculture Organization: Roma. 1998. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/W8088E/W8088E00.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2006.

IFOAM. International Federation of Organic Agriculture Movements. **IFOAM norms**: Basic standards for organic production and processing and accreditation criteria for bodies certifying organic production and processing, including policies related to IFOAM norms. IFOAM: Tholey-Theley, 2002. 144 p.

INSTRUÇÃO Normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Textos provisórios das Instruções Normativas de regulamentação da Lei 10.831/2003. Disponível em: <<http://www.portalagricultura.com.br/Paginas/Consulta>>. Acesso em: 08 nov. 2005.

ISO14001:1995. ISO14000. **Environmental management**. Genebra: International Organization for Standardization, 1995. CD-ROM.

ISO22000:2005. **Food safety management systems**. Requirements for any organization in the food chain. Genebra: International Organization for Standardization, 2005. 32 p.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Food safety and foodborne illness**. Fact sheet N°237, revisada em Janeiro de 2002.

WESTMAYER, C.; GEIR, B. **The organic guarantee system** – The need and strategy for harmonization and equivalence. IFOAM: Tholey-Theley. 2003. 146 p.



Agrobiologia

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

